

Casamento gay e Família

O governo de Portugal brindou o Povo Português, nesta quadra natalícia, com uma decisão que é, no conteúdo, na forma e no tempo, um atentado à Família – instituição fundamental, sustento e referência do Natal. Todas as épocas seriam más e desaconselhadoras de tão anómala decisão. Esta parece ter sido escolhida para realçar o quanto se pretende machucar a Família e desestabilizar a única verdadeira base de uma Sociedade, assente em princípios que derivam das pessoas e das autênticas raízes de todas as outras instituições sociais, culturais, políticas e cívicas.

Se não estivessem presentes estas e outras intenções, de largo, intencional e fatídico alcance, seria necessário consagrar como “casamento” uniões tão distintas e tão contrárias – na essência e nos fins – ao consagrado e aceite casamento, como a união de um homem e de uma mulher, base da família? Haverá tamanha falta de criatividade, no governo e nos políticos, para designar e tratar, com respeito e verdade, tal relação para que todas as pessoas homossexuais sejam protegidas e defendidas nos seus direitos humanos? Como entender que um governo, chamado a guardar e proteger os valores fundamentais de um Povo, seja ele próprio a atentar contra os mesmos, legislando contra instituições que são naturais e fundamentais sustentáculos do mesmo Povo?

É por isto que, como homem, como cristão e como bispo, eu e tantos homens e mulheres, confrontados com esta infeliz despropositada e injusta tomada de posição, precisamente nesta quadra de Natal, manifestamos veemente repúdio por esta tão negativa decisão política.

Mais: em nome de todos os leigos que se têm esforçado por esta causa, apelo às diversas instâncias do poder constituído em Portugal – àqueles que representam o Povo Português pela legitimidade do voto – que sejam expressão fiel, representantes autênticos e defensores corajosos dos valores que constituem a essência da nossa cultura e das nossas tradições. A legitimidade das decisões políticas não está só na maioria eleita nem, também, na maioria eleitora. São fontes de verdade e de profunda legitimidade a natureza, a ética, a cultura, a tradição e os valores que, legitimamente, delas derivam e que não é ética nem politicamente correcto alterar, de acordo com maiorias numéricas e circunstanciais.

Com esta posição, não quero fazer juízos de valor de quem tem outra opção ou orientação de vida e de práticas. Respeito cada pessoa na sua integridade e na autenticidade da sua consciência e para cada pessoa defendo e peço o máximo de respeito e de dignidade. Não aceito, porém, que formas diversas de opção e orientação alterem, confundam, contradigam e assumam estatutos e institutos que nada dizem nem podem dizer a novas, diversas e distintas concepções de vida.

Ilídio, bispo de Viseu